

RUAS, PRAÇAS E PARQUES: UM MERGULHO EM ESPAÇOS PÚBLICOS MARGINALIZADOS

Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires¹, José Antonio Gazabin dos Santos²

RESUMO

Este estudo apresentou como objetivos levantar e mapear as condições físicas e dos equipamentos de grande porte existente nos espaços públicos da cidade de Presidente Prudente/ SP, destinados às práticas de lazer; identificar os critérios e princípios norteadores da elaboração das políticas e planejamentos públicos voltadas à construção e recuperação dos espaços públicos destinados às práticas de lazer e prospectar pistas relativas referentes à maneira como estava instituída no imaginário do grupo focado sua representação sobre àqueles espaços públicos. Foi uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, que se desenvolveu em quatro etapas: a) elaboração de mapeamento dos espaços urbanos públicos identificados pelo poder público municipal através de levantamento realizado junto à Secretaria Municipal de Planejamento sobre a existência de praças, parques e jardins públicos na cidade; b) visita a cada um dos espaços públicos para identificarmos sua arquitetura, os tipos de brinquedos de grande porte neles instalados e suas condições; c) identificação dos freqüentadores dos espaços públicos; d) aplicação de questionário em 98 atores sociais - 56 do sexo masculino (57%) e 42 do sexo feminino (43%) - a partir de 5 anos - freqüentadores dos espaços públicos eleitos como campo da pesquisa. Os dados coletados nos permitiram levantar a informação de que o município possui uma significativa e variada quantidade de praças, parques, balneários, bosques, campos de futebol e fundos de vale. No entanto, também notamos a inexistência de uma política pública voltada à ocupação planejada desses espaços públicos, o que entendemos como uma situação que dificulta a democratização dos espaços públicos, acarretando uma diminuição da importância desses lugares públicos na constituição e consolidação de uma cidadania ativa e participativa.

Palavras-chave: Educação Física, Lazer, Ruas, Praças, Parques, Espaços Públicos.

ABSTRACT

This study showed as its goals search and indicate the physical conditions of the heavy duty equipment on public spaces in the city of Presidente Prudente - SP, for the practice of leisure; identify the criteria and guiding principles which lead the public policy and planning geared to the construction and rehabilitation of public spaces for the practice of leisure, and prospect clues relevant to the way about what was established in the imagination of the group considering its representation about those public spaces. It was a field research with a exploratory character, which was developed in four stages: a) preparation of the mapping of the urban public spaces identified by the municipality power through a search of the Municipality Planning Secretary about the existence of public squares, parks and gardens in the city, b) visits to each of the public spaces to identify its architecture, the types of the heavy duty toys installed in them and to know their conditions, c) identification of the users of those public spaces; d) application of a questionnaire on 98 social actors - 56 of males (57%) and 42 females (43%) – older than 5 years old – users of the chosen public areas as a field of this research. The collected data enabled us to raise the information that the municipality has a significant and varied amount of squares, parks, spas, forests, fields for soccer and funds of valley. However, we also noticed the absence of a public policy focused on the planned occupation of these public spaces, which feel like a situation that impedes the democratization of public spaces, causing a decline in the importance of these public places in the formation and consolidation of an active and participatory citizenship.

Key-words: Physical Education, leisure, streets, public squares, parks, public areas.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como finalidade disponibilizar uma síntese de nossa pesquisa que teve como objetivos: a) identificar a maneira como estavam instituídas no imaginário social as representações sociais dos munícipes de Presidente Prudente/SP sobre espaços públicos de lazer; b) elaborar um mapa de suas praças e parques com suas características arquitetônicas, condições físicas e equipamentos

instalados. A motivação primeira que nos levou a tomar os espaços públicos (rua, praça e parque) como objeto de estudo, foram os discursos produzidos pelo Estado que procura estabelecer uma relação entre a oferta de práticas recreativas, esportivas e lazer para crianças e adolescentes como estratégia principal para retirá-los dos espaços públicos objetivando afastá-las da violência e das drogas. Podemos identificar na mídia, em conversas informais e debates acadêmicos que a temática central dos discursos apontava para uma representação social sobre os espaços públicos que remetia àqueles lugares como o mundo da violência e drogas. Diante desse cenário, os atores, de forma consensual, cobravam do poder público duas ações: a) a elaboração de políticas públicas, ações, programas ou projetos voltados à diminuição da violência e, b) ações efetivas que retirassem as crianças e jovens das ruas. No sentido de realizar ações que respondessem a esta demanda o poder público assumiu como elemento determinante de suas ações o pressuposto de que ao ocupar o tempo livre (ocioso?) das crianças e jovens com atividades saudáveis e educativas (sic!) as afastariam dos perigos reinantes nos espaços públicos. Enfim, a intenção primária era retirar crianças e jovens das ruas, afastando-os da violência e das drogas.

REVISÃO

Os espaços públicos são campos de formação da subjetividade humana e de cidadania, razões que justificam a relevância de termos colocado às ruas, parques e praças como objeto de estudo e reflexão. Para tanto, se faz mister uma (re)ocupação desses espaços para que a sociedade possa (res)gatá-los como lugares públicos, condição determinante à construção de uma cidadania participativa. Nossas reflexões sobre os espaços públicos se orientam a partir da representação sobre eles que foi sendo instituída no imaginário social do brasileiro ao longo da contemporaneidade. Isto porque a contemporaneidade é marcada como o mundo das contradições, onde relevantes conquistas e belas produções dos homens convivem com as mais terríveis formas de violências contra a dignidade humana. Conforme fala Muller (2004), “a contemporaneidade é uma tarefa que gera ansiedade e desconforto, pois é neste momento que percebemos o quanto o *modus vivendi* dessa civilização é absurdamente precário”, portanto, pensar os espaços públicos é lançar sobre ele um olhar carregado de preocupações e apreensões, visto a incapacidade ou recusa dos sujeitos que compõem nossa civilização de pensarem e julgarem por si mesmos, de serem responsáveis, pessoal e politicamente, pelo mundo em que vivem e do qual são partes integrantes, o que os faz se afastarem das preocupações com as coisas públicas.

Aqui o conceito de lugar antropológico é relevante à compreensão do sentido de nosso discurso porque compreende o lugar como *identitário* - é saber que nascer é dizer onde se nasceu; como *relacional* - é saber que a ocupação do espaço é uma constante configura e (re)configuração de posições; como *histórico* - espaço onde há a conjugação entre identidade e relação. Nesse sentido, para nós o lugar público remete nosso imaginário para a representação de um espaço que produz e (re)produz pelas falas, trocas feitas com o uso de códigos/senhais, no processo de construção da própria convivência relacional no meio das intimidades dos atores falantes.

Entendemos que para se pensar e (re)pensar a rua, a praça e o parque é necessário não esquecermos que eles só existem porque existem as cidades, e que orientamos o olhar que lançamos sobre elas a partir de sua concepção enquanto distintos espaços simbólicos portadores de uma materialidade e maneiras singulares de significarem, ou seja, espaço que significa e que é significado. Assim, em função das matrizes teóricas e instrumentos analíticos que utilizamos em nossa pesquisa, podemos dizer que os espaços públicos – incluindo as cidades - se tornaram na contemporaneidade um não-lugar, na medida em que passaram a ser espaços onde imperam a violência e a intolerância, um espaço que impede o homem de ser feliz e livre. A transformação desses espaços em não-lugares é preocupante, pois interfere na constituição das relações que os atores sociais constroem em seu cotidiano nos espaços públicos.

Considerando essa realidade foi que optamos por construir base teórica da pesquisa fundada na importância de se resgatar na memória social os sentidos instituídos no imaginário da sociedade sobre a cidade e o quintal da casa, que remetiam no caso do primeiro a um espaço indeterminado e elástico a ser explorado, repleto de “coisas” a serem descobertas e desafiador, que tinha sua amplitude determinada pela idade do ator social – para os mais novos, menor horizontalidade; para os mais velhos, maior horizontalidade -, ele representava o mundo público. Já no caso do segundo, era representado como o mundo privado no qual o imaginário infantil podia ser libertado, o mundo da segurança, de

poucas surpresas, pouco elástico e de cause nenhuma elasticidade. O quintal significava o espaço no qual a imaginação infantil fugia ao controle dos adultos e se expandia, sem limites, através de jogos, brinquedos e brincadeiras, com liberdade e disposição, sendo que a criança determinava o tempo de práticas lúdicas.

O prolongamento do quintal se materializava nos terrenos baldios do bairro ganhando dimensões significativas, na medida em que a passagem do quintal para eles materializava a transposição do limiar entre os mundos privado (quintais) e público (terrenos baldios). Transpor o limiar era romper com o mundo seguro, conhecido, de regras definidas e cristalizadas (quintais), e mergulhar no mundo de incertezas, descobertas e pleno de aventuras, lugar do aprendizado das coisas públicas e coletivas, onde o jogar e brincar acontecia com o outro coletivo, com a “turma da rua ou do bairro”. No quintal os jogos e brincadeiras eram mais reservados/privados, com jogantes e brincantes selecionados de acordo com os desejos individuais do “dono do campo de jogar e brincar”. Eram práticas, em geral, realizadas em pequenos grupos familiares ou com amigos mais íntimos da casa. Mesmo sendo um espaço de imaginação e liberdade nele os jogos e brincadeiras sofriam silenciosos e subliminares controles coercitivos por parte dos adultos determinando o que poderia ou não ser feito, havia um interdito no jogar e brincar. No mundo público os processos coercitivos eram produzidos coletivamente de forma coletiva e transparente. Nos jogos e brincadeiras realizadas as crianças eram atores não somente da elaboração das regras das práticas, mas também da elaboração de seus processos coercitivos. Mas, tudo mudou, as crianças cresceram, as cidades incharam, ganharam avenidas, viadutos, túneis, tudo ficou mais distante, o carro substituiu o ato de caminhar, as calçadas diminuíram de tamanho, as casas começaram a ser substituídas por prédios de apartamentos, a poeira negra do asfalto ocupa o lugar da poeira da terra, as praças, passeios e parques públicos quando não desapareceram diminuíram de tamanho, passaram a ser cercadas com grades e com horários de funcionamento, e por muitas vezes passaram a servir de estacionamento para automóveis. Quanto aos terrenos baldios existentes nos bairros, esses foram ocupados por prédios e condomínios fazendo desaparecer grande parte das casas e vilas, o que acabou por determinar o fim dos quintais. (BIELISNKI E LEMOS, s.d).

Observando a ocupação dos espaços públicos identificamos a existência de um aumento significativo de atores que os procuram com o objetivo de realizarem práticas como: contemplação, corrida, caminhada, esportivas, gíminicas, conversar, ler, tomar banho de sol, dentre outras. O fato é que há um movimento social no sentido de se (re)ocupar os espaços públicos por parte da sociedade em geral com suas praticas de atividades sócio-cultural-esportiva-recreativas. Essa preferência popular por ambientes comunitários e espaços públicos abertos, aqui assumidos como lugares onde há maior liberdade no decorrer das ações nas práticas de lazer, nos permite afirmar a importância dos espaços públicos para o desenvolvimento integral do homem. Em geral, podemos dizer que há muitas praças no Brasil, mas elas não seguem a nenhum critério arquitetônico quando de sua construção, o que acaba por vinculadas apenas aos espaços ajardinados e arborizados, o que torna qualquer espaço com essas características paisagísticas numa praça. A praça é um elemento urbano que foi transformado num mosaico espacial, no qual se materializam as subjetividades da cidade através dos discursos referentes aos seus aspectos sociais, formais e estéticas, ou seja, é impossível se pensar o espaço público, seja ele a praça, o parque ou a rua, sem tomarmos para análises o contexto da materialidade discursiva no qual a cidade é construída. A aproximação que fizemos dos espaços públicos através do olhar que lançamos sobre a praça, não é único, pois gostaríamos de lembrar que o parque urbano, da mesma maneira que a rua é outro importante espaço público, mas que por ser confundido com as praças acaba por perder sua identidade. A praça é um típico produto da industrialização da cidade, pois foi pensado com o objetivo de aparelhar a cidade com um local voltado ao atendimento dos anseios sociais referentes às suas práticas de lazer das classes trabalhadoras.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

- **O cenário da Pesquisa**

Após apresentação da matriz teórica norteadora do estudo passaremos aos aspectos fundantes do processo de pesquisa apresentando uma fotografia da cidade de Presidente Prudente - criada pela Lei Estadual no. 1.798/21 - cenário da pesquisa. À época da pesquisa tinha uma população de 177.367

habitantes - 91,53% urbana; 51,20% (90.811) de mulheres e 48,80% (86.555) de homens e população flutuante de 20.000 pessoas, basicamente estudantes universitários - sua colonização, inicialmente foi feita por migrantes mineiros, tendo como fortes atrativos terras férteis e a expansão da cultura cafeeira. A região do Oeste Paulista vivenciou distintas fases econômicas: extrativismo; agricultura (cafeicultura, cotonicultura, menta, amendoim) e pecuária (hoje base econômica da região).

• **Caracterização da Pesquisa**

A pesquisa levantou e mapeou as condições físicas e dos equipamentos de grande porte existentes nos espaços públicos da cidade destinados às práticas de lazer; identificou os critérios e princípios norteadores da elaboração das políticas e planejamentos públicos voltadas à construção e recuperação dos espaços públicos destinados às práticas de lazer e prospectou pistas relativas referentes à maneira como estava instituída no imaginário do grupo focado sua representação sobre àqueles espaços públicos. Foi uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, desenvolvida em quatro etapas: a) elaboração de mapeamento dos espaços urbanos públicos identificados pelo poder público municipal - Secretaria Municipal de Planejamento - para práticas de lazer; b) visitas a cada um dos espaços públicos identificados para levantarmos sua arquitetura, tipologia dos equipamentos de grande porte e suas condições; c) identificação dos frequentadores dos espaços públicos e aplicação de questionário. Participaram da pesquisa 98 atores - 56 homens (57%) e 42 mulheres (43%) frequentadores dos espaços públicos de lazer da cidade. Os dados coletados sofreram análises quali-quantitativas que permitiram concluir que o município possui uma significativa e variada quantidade de praças, parques, balneários, bosques, campos de futebol e fundos de vale, no entanto, também identificamos a inexistência de uma política pública voltada à ocupação planejada desses espaços públicos, o que entendemos como uma situação que dificulta a democratização desses espaços o que diminui a importância de seu papel na formação e consolidação de uma cidadania ativa e participativa.

• **As Interpretações dos Sentidos dos Discursos**

Quando os atores observavam as condições dos espaços públicos e avaliavam aquela realidade, obtivemos os seguintes dados: a) refletiam sobre os espaços públicos apresentando soluções para seus problemas – “(...) a solução do problema é de natureza política e depende da vontade do prefeito” -; b) havia uma preocupação central com o bem coletivo – “(...) ampliar a quantidade de locais destinados às práticas da caminhada e corrida para as pessoas dos bairros” -; c) apontavam à falta de política pública para os espaços públicos – “(...) transformar o centro olímpico em centro de esportes e lazer, para atender às escolinhas esportivas, práticas de lazer e divertimento de todos” -; d) modernização dos espaços públicos – “(...) adequação e modernização dos equipamentos de grande dos espaços públicos” -; e) melhoria arquitetônica e paisagística dos espaços públicos – “(...) melhorar a arborização, que ela seja planejada, os espaços públicos também”; “(...) melhorar a iluminação”; “(...) melhorar a programação visual dos espaços” -; f) melhora na segurança – “(...) melhorar a segurança, colocando mais guarda municipal”. Para 97% dos atores os espaços públicos são de grande relevância porque seriam utilizados por todos, mas, principalmente, por crianças e idosos, o que faz com que seu planejamento seja feito tendo como referência esses atores. Portanto, podemos afirmar que esses dois grupos sociais devem ser tomados como público prioritário pelo gestor público quando fosse pensar sua política pública de ocupação dos espaços públicos de lazer da cidade. Para 65% dos atores seria possível pensar sua participação junto com o poder público em comissões que tivessem como objetivo principal elaborar políticas e ações públicas que determinariam a forma como se daria o planejamento e a ocupação dos espaços públicos da cidade. Para os atores o espaço público deveria ser necessariamente, um lugar de encontros, que propiciaria aos sujeitos, através da construção de teias de relacionamentos, elaborar representações sobre a sociedade, a cidade, a política, a cultura e o mundo que seriam sínteses da construção coletiva dos discursos. Identificamos que 45% dos atores percebem e ficam indignados com o descaso do poder público com os espaços públicos do município materializado na situação estrutural e de limpeza dos espaços, bem como no baixo nível de investimentos de recursos públicos previstos no orçamento para as áreas públicas destinadas às práticas de lazer. Os atores apresentam um alto grau de consciência do significativo desenvolvimento alcançado pela cidade a partir dos anos de 1980, bem como de seu acentuado crescimento populacional, e que esses dois fenômenos também trouxeram problemas que não faziam parte do cotidiano da sociedade e do poder público, o que gerou um sentimento de mal-estar em relação a essas novas situações que a cidade passava. Em

relação ao poder público, fica nítida a existência de um desleixo, despreocupação, descaso, ou esquecimento no que diz respeito às funções e condições dos espaços públicos voltados às práticas de lazer.

A forte demanda por parte dos grupos sociais no que diz respeito à construção de praças e parques públicos em seus bairros, principalmente naqueles que surgiram com a expansão da ocupação dos espaços através da construção de condomínios residenciais populares, trouxe à tona a contradição que se estabeleceu no município sobre a inexistência de espaços públicos para práticas de lazer nesses novos bairros e sua alta concentração nos bairros da cidade identificados como nobres. Para 21% dos atores os espaços públicos de lazer existentes na cidade atendiam somente aos moradores do centro e que nos bairros prudentinos eram insuficientes ou mesmo inexistentes. Os discursos remeteram nossos olhares e reflexões para o princípio de que quando a cidade é percebida pelos seus sujeitos como sendo uma obra humana – os homens são sujeitos porque são senhores da produção de sua história, e em nosso caso da história de sua cidade – ela se reveladora de todas as suas efetivas potencialidades, portanto, campo no qual dar-se-á a constituição do processo civilizatório de seus sujeitos, o só é possível enquanto momento presente, pois esta condição está visceralmente vinculada ao processo de acumulação dos tempos passados e da perda de seus referenciais urbanos como produto da efeméride de sua morfologia que redefine a prática sócio-espacial fazendo com que os sujeitos produzam um constante mergulho na vertigem do vácuo. Carlos (2001, p. 60) declara em seu discurso que a “cidade, como obra humana, feita para durar, produto do tempo acumulado, entra em contradição com a cidade que se refaz para e pela troca reorientando sua prática sócio – espacial metropolitana, espaço em constante mutação e tempo sem substancia produzem uma nova dinâmica”. As cidades formaram-se e as funções que dela se espera são elementos que influenciam, ética e esteticamente, no comportamento de seus ocupantes, pois nelas viver faz com que todos se sintam subordinados as suas funções, um lugar para morar, trabalhar, estudar, recrear, sofrer, circular, passear, brincar, ser feliz e livre. Os espaços públicos foram ocupados com elementos que influenciaram o comportamento humano, que dependeram deles para sobreviver e se transformar, fazendo com as sociedades busquem formas para dar mais sentido a cada espaço público específico, propiciando à cidade a possibilidade concreta para exercer sua plenitude à medida que cada lugar encontre seu verdadeiro significado.

Na sociedade em que vivemos ainda há significativa carência de políticas públicas que tomem os espaços públicos sob a ótica de ser ele lugar de formação da cidadania. De modo geral, as cidades, suas arquiteturas, funções e serviços são sínteses da expressão de suas sociedades e da maneira como elas ocupam os espaços públicos num determinado momento histórico. O desenho da cidade, de suas ruas, praças, parques, jardins, instalações e infra-estrutura são sínteses das práticas histórico, social e econômica de apropriação pela sociedade da cidade. Objetivando responder aos anseios sociais é importante que o gestor público supere a visão restritiva existente hoje sobre os espaços públicos e pense esses espaços vinculados à política pública de desenvolvimento econômico e social. Que planejamento da coisa pública seja feito em parceria com a sociedade, conforme está registrado nos discurso dos atores da pesquisa, pois são os grupos sociais locais que devem definir o papel que os espaços públicos irão cumprir em seu cotidiano. Os atores então falam da necessidade do gestor municipal superar as práticas amadoras, focalizadas e reducionistas com que encara a ocupação dos espaços públicos e rompa com práticas que remetem ao

amadorismo técnico, má-vontade administrativa, corrupção, desvio de verbas, posturas incorretas diversas que colaboram para a baixa qualidade de muitos logradouros e muitas vezes para sua destruição parcial ou total (...). Isso tudo faz ter como consequência, projetos inconsistentes, incompetência profissional, programas falhos, execução precária e até materiais de segunda. Todos esses fatores além de uma crônica falta de proposições reais de implantação de sistemas de espaços livres públicos deixam clara uma situação ainda grave quanto à concepção e gestão de áreas pública (MACEDO e SAKATA, 2002, p.55).

Outros aspectos – “*mazelas*” - que surgiram nas falas dos atores sobre o gestor público em relação aos espaços públicos que remetem ao aumento da demanda social: falta de recursos; atendimento imediato e interesse eleitoreiro levando ao estabelecimento de espaços públicos mal planejados e projetados. Sobre essa questão pesquisas mostram (ZANATA, 2000) que o principal fator para a pouca ocupação dos espaços públicos - especialmente praças e parques – é o estado de abandono desses espaços. Para os atores é importante que o espaço seja bem cuidado e preservado,

pois, é neles que passam significativas partes de seu tempo com a família e amigos. Esse afastamento dos espaços públicos faz com que os sujeitos comecem a procurar os locais privados para realizarem suas práticas de lazer, o que fica nítido no estudo quando surgem nos discursos as naturezas dessas práticas: casa de parentes (66,7%); shoppings centers (24,4%); cinema (22,2%); clubes sociais (20%); pesqueiros (13,3%), bares/lanchonetes (11,1%), praças (8,9%) e parques (6,7%). Tomando como referencial o cenário perguntamos aos atores quais foram os fatores determinantes para seu afastamento das ruas, praças e parques, como espaços para suas práticas de lazer e dos discursos emergiram: a) o estado de abandono em que se encontram; b) a falta de segurança; c) falta de equipamentos atraentes e d) as péssimas condições dos equipamentos existentes. Na pesquisa percorremos trilhas que foram sendo superadas, não porque conseguimos aportar alguma certeza científica, pelo contrário, a cada trilha vencida nos deparávamos com novas inquietações. Podemos dizer que as trilhas nos apresentaram indícios/pistas, para que, a partir delas possamos realizar mergulhos mais radicais na realidade focalizada na pesquisa. Enfim, apontamos para o fato de assumirmos que as conclusões aqui apresentadas não podem ser vista como definitivas, pelo contrário, devem ser assumidas como um convite à colocação de outras problematizações sobre o fenômeno.

Conforme tentamos demonstrar, o fato de que no decorrer da história do desenvolvimento urbano brasileiro os espaços públicos destinados ao convívio social, a contemplação, as práticas de atividades físicas, esportivas e de lazer raramente foram assumidos pelo poder público como prioridade social, talvez seja o principal fator do afastamento e do descaso com que os grupos sociais olham esses espaços. Buscamos identificar nos discursos oficiais estabelecidos sobre as políticas públicas municipais vigentes à época em que desenvolvemos a pesquisa informações e dados referentes à natureza dos critérios que fundamentaram o planejamento da construção das praças e parques do município. Após análise dos dados levantados não encontramos no discurso da administração municipal nenhum elemento objetivo ou mesmo ação que indicassem uma preocupação, por parte dos gestores públicos, em garantir a democratização na ocupação dos espaços públicos da cidade. Assim, podemos afirmar que esses espaços não são assumidos pelo poder público como lugares de produção da cidadania e da vida civilizada que ofereça oportunidades para satisfazer as aspirações próprias do ser humano. Ficou claro que o poder público repete o *modus operandi* estabelecido na administração pública do país, bem como o olhar reducionista e limitador que lança sobre os espaços públicos e a forma como devem ser ocupados. Enfim, os gestores municipais não os assumem como campos de formação da democracia e cidadania.

CONCLUSÃO

Diante do exposto é preciso ampliar, diversificar e democratizar possibilidades de espaços e equipamentos, bem como compreender e promover proteção, conservação, preservação e melhoria do espaço urbano compatibilizando-o com o desenvolvimento social e as vivências de lazer (PINTO, 2001). Para que isso se torne realidade e acreditando que esse estudo possa contribuir para a elaboração de outras propostas e até mesmo sensibilizar autoridades municipais de diferentes níveis, apresentamos alguns princípios que emergiram dos discursos dos atores e que apresentamos como sugestões para atender suas expectativas no sentido de ampliar, diversificar, preservar e democratizar os espaços públicos: a) instituir discussões públicas sobre a função e forma de ocupação dos espaços públicos; b) planejar ruas, praças e parques públicos como síntese das discussões públicas; c) pensar os espaços públicos a partir das necessidades físico-esportivas, intelectuais, artísticas e sociais dos grupos sociais; d) instituição de legislação específica sobre o uso e ocupação do solo; e) intervenções dos gestores públicos nos espaços públicos de lazer somente através de projetos; f) garantir dotação orçamentária relevante; g) administrar praças e parques públicos com a participação da sociedade civil organizada.

Evidenciamos também anseios e desejos no sentido de melhorar a atenção para a elaboração de políticas públicas voltadas para as questões referentes ao uso e ocupação dos espaços públicos do município, tendo como referencial seus valores, suas crenças, desejos e necessidades, o que, segundo os atores, contribuirá de forma decisiva para uma melhoria em sua qualidade de vida. Resgatar os espaços públicos como campo de formação da cidadania urge que transformemos os atuais espaços públicos (não-lugares) em lugares públicos, mas, para tanto, se torna peremptório repensar a relação que a sociedade constituiu com o estado no último século, quando o objeto de discussões e conflitos era a cidade, o bairro, o quarteirão, os prédios e as ruas. Apontamos também para a urgente necessidade de implementação de políticas públicas voltadas à (re) significação dos sentidos que estão instituídos no

imaginário da sociedade sobre os espaços públicos. Também se faz necessário o deslocamento dos sentidos circulantes nas representações instituídas sobre o espaço público ser o mundo das violências, desumanizado, para mundo de formação da cidadania, de resgate da humanidade dos homens. Podemos dizer que é na rua que se efetiva a construção, por parte das crianças e jovens, da pedagogia coletiva, pois ela é a condição necessária à apropriação de saberes e conhecimentos, que são elaborados sem objetivar a produção de valores negadores da possibilidade do estabelecimento de idéias voltadas à homogeneização das visões sobre as coisas do mundo, de pensamentos, comportamentos, de corpos dóceis e eficientes.

Sobre os espaços públicos - em especial as praças - e suas representações e sentidos, identificamos uma proximidade significativa entre o olhar produzido pelos atores da pesquisa e o dos sujeitos paulistanos. São desenhados sentidos que remetem a idéia do espaço público como lugar social relevante vinculado à natureza, a liberdade e constante exposição às incertezas, conforme identificamos nos discursos produzidos pelos atores das duas cidades. Uma professora paulistana fala do prazer em freqüentar a praça diariamente: *“ir todos os dias à mesma praça, sentar no mesmo banco, sentir o cheiro das mesmas flores e admirar o mesmo jardim têm nada de monótono”*. Os discursos dos prudentinos, falam que: *“(...) precisamos de mais praças limpas, arborizadas e cuidadas, para podermos conversar e passarmos um tempo longe dos problemas da vida”*. Nos deparamos com os mesmos elementos fundantes nas duas representações - a praça como lugar de contemplação da natureza/ *arborizadas* e lugar de prazer e não de sofrimento/ *longe dos problemas da vida*. Em outro discurso o ator paulistano fala que sempre vai àquela praça porque *“aqui é um oásis (...) quando posso, trago até trabalho, sento na sombra, compro água gelada e confiro as planilhas”*. No discurso do ator prudentino a praça é olhada como *“(...) seu lugar de sossego”*. Interessante essa confluência dos mundos das coisas públicas com o das coisas privadas enquanto lugares por um lado pleno de vida (praça/público) e por outro inóspito (trabalho/privado) que se materializa em ambos os discursos. A praça sendo significada enquanto oásis/paz, ou seja, como lugar fértil, tranqüilo e sagrado em uma cidade deserta de vida, chegando mesmo a ser vista como um espaço hostil, pois se há oásis, é porque há um deserto/cidade, repleta de condições e situações desagradáveis. Mas, no oásis tenho tranqüilidade e prazer no meio do deserto/cidade. Surge uma representação interessante sobre a ocupação do espaço público. Para a paulistana: *“(...) numa cidade como São Paulo, você precisa ter uma área próxima, pelo menos para tomar um sol de manhã, ou enlouquece. Praças são sinônimos de qualidade de vida”*; para o prudentino: *“(...) deveria existir em todos os bairros, não somente no centro e nos bairros de gente com dinheiro. Sabe é nela que as pessoas se divertem, levam seus filhos e brincam”*. Os dois discursos remetem a praça/espaço público como lugar necessário a uma boa qualidade de vida da sociedade. A praça lugar onde as pessoas deveriam vivenciar experiências que remeteriam a busca de uma qualidade de vida digna de uma sociedade cidadã. Outro discurso remete a praça como lugar determinante ao processo de criação e recriação da sociedade, condição para que os atores possam ser criativos em relação à vida e seu cotidiano: *“(...) venho aqui para me inspirar, para fazer uma vida melhor, diferente cada dia”*.

Quando atentamos para os discursos constituídos sobre as ruas, parques, praças e jardins pelos poderes públicos e mídia em geral, verificamos que há em desenvolvimento permanente um processo voltado à consolidação desses espaços públicos no imaginário da sociedade como campos relacionais relacionados às coisas referentes à violência e as drogas, ou seja, espaços que devem ser, necessariamente, denegados em função do papel que cumpre. A pesquisa nos aponta para uma situação bastante distinta dessa que verificamos na mídia. Os discursos declaram uma materialidade referente aos espaços públicos como de alta significância e valorização por parte da sociedade, pois é significado como campo de permanência dos sujeitos, ou seja, espaço do qual a sociedade não deve abrir mão, na medida em que é nele onde os atores revitalizam sua subjetividade. Enfim, é o espaço que se contrapõe a toda a violência que a cidade hoje nos impõe, é o espaço onde não existem desigualdades, onde todos procuram construir uma mesma linguagem - a da busca do prazer -, onde reina a alegria, o espaço utópico de cidades sem patrões (senhores) e empregados (servos), sem a distinção marcada e marcante de entradas de serviço e social, sem grandes muros e cercas eletrificadas isolando mundos opostos - áreas nobres, bairros populares e “zonas de perigo” - enfim, é representado como o espaço das alegrias, do exercício pleno da liberdade, portanto como um porto seguro onde está ancorada a “tal felicidade”, razão básica da existência humana. As falas nos dizem que está nos espaços públicos tomados pelas pessoas, com suas cadeiras nas portas de suas casas, sentando nos bancos das praças e parques, caminhando nas calçadas que a vida cotidiana era, e deve continuar a ser construída. Mas, em função do que os poderes públicos e alguns setores dominantes da sociedade

fizeram com os espaços públicos, pode dizer que as pessoas, ao voltarem com suas cadeiras para dentro de suas casas, abandonarem os bancos das praças e os brinquedos dos parques, colaboraram para que seu afastamento desses espaços público tornasse suas vidas e seus cotidianos mais restritos, limitados, sem horizontes, nada utópicos - pelo contrário, totalmente previsíveis -, enfim, fizeram de suas vidas uma questão de fórum privado, colocando, portanto, o espaço público como campo a ser evitado. Na cultura urbana o descaso do poder público com os espaços públicos levou à deterioração das ruas, parques, jardins e passeios, bem como a dos equipamentos neles instalados, o que facilitou a privatização da vida coletiva, propiciando a situação de segregação física, distanciamento do outro desconhecido, impedimento de possíveis contatos face-a-face e por isolamento de grupos em espaços, ambientes e redes sociais cada vez mais restritos. Tentando alinhar nossa conversa, acreditamos que, como educadores, devemos produzir práticas que levem a um deslocamento do sentido estabelecido em nossa representação sobre a rua – lugar proibido e perigoso – para uma representação onde ela seja (re) significada como espaço público onde atores sociais de um grupo, sociedade ou cidade produzem práticas cotidianas que fazem aflorar questões políticas mais significativas. Enfim, remetemos nosso imaginário para a idéia de rua como campo onde a cidadania e subjetividade dos atores sociais serão constituídas.

O espaço público é o espaço físico caracterizado pela rua, pela praça, pelo parque, pelo jardim, pelo comércio e pelas trocas. Ele se tornou simbólico com a separação entre o sagrado (atemporal) e o profano (temporal) e o progressivo reconhecimento do estatuto da pessoa e do indivíduo face aos poderes do estado. É bom que ele seja o berço do espaço político, pois é um campo eminentemente de tomadas de decisões e de ações, e que o chamado espaço comum é campo de circulação e expressão do simbólico, o que torna a rua um cenário quase perfeito para a formação da cidadania ativa de uma sociedade. A rua é simplesmente uma temática provocadora, na medida em que a sua arquitetura e a maneira como é ocupada pelos atores sociais dá sentido à cidade e à subjetividade de uma época, ou seja, ela reflete de forma clara qualquer transformação sofrida pelo espaço urbano e pela reordenação da vida. Neste sentido, a praça, a rua e o parque expressam, pela sua natureza e diversidade, a pluralidade de aparências, de encontros, de trocas, de lazeres, de brincadeiras, de ludicidade, de conagraçamentos, de expressões, de emoções e prazeres. Podemos mesmo afirmar que é justamente em função destas características da rua que os atores sociais devem (re) ocupá-la, ou seja, como campo da produção de uma cidadania ativa. A rua é para nós uma grande e viva vitrine onde o cotidiano da sociedade é produzido a partir da idéia de ser a rua um espaço público eminentemente democrático, um espaço onde o respeito às desigualdades a torna o espaço da igualdade, no qual se manifestam as diferenciações sociais, econômicas, culturais existentes nas sociedades contemporâneas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BIELISNK P, Reginaldo & LEMOS, R Jenkins. **A atividade física, um direito de todos**. SD
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)criação do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.
- MACEDO, S. Soares & SAKATA F, Gramacho. **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002
- MULLER, Maria Cristina. **Ética política e linguagem: confluências**. Londrina: edições CEFIL. 2004
- PINTO, M. S. Leila Mirtes. **Formação de educadores e educadores para o lazer: saberes e competências**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 3, maio de 2001.
- ZANATTA, Marcos. **Maringaense esquece praça e vai ao shopping** – Jornal de Maringá. Maringá: Ano 14 n° 4289. 2000.

¹ Professor do Departamento de Estudos do Movimento Humano do Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Estadual de Londrina.

² Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual Paulista / Faculdade de Ciência e Tecnologia – Campus de Presidente Prudente